

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DO SUL DA MATA ATLÂNTICA

EUNICE ANTUNES

Nhandereko nhanhembo'e nhembo' ea py

Sistema nacional de educação: um paradoxo do currículo diferenciado das escolas indígenas
guarani da Grande Florianópolis

Florianópolis, 2015

EUNICE ANTUNES

Nhandereko nhanhembo'e nhembo' ea py

Sistema nacional de educação: um paradoxo do currículo diferenciado das escolas indígenas guarani da Grande Florianópolis

Trabalho de Conclusão de Curso, submetido à Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Licenciado.

Orientador: Prof. Ms. Carlos Maroto Guerola

Florianópolis, 2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL
INDÍGENA DO SUL DA MATA ATLÂNTICA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às 11 horas, na Terra Indígena Morro dos Cavalos (Palhoça/SC), reuniu-se a Banca Examinadora composta pela professora e presidente Maria Dorothea Post Darella (dada a impossibilidade de comparecimento do Orientador Professor Carlos Maroto Guerola), pela Procuradora da República Analúcia de Andrade Hartmann, Titular da Banca, e Professor Clovis Antonio Brighenti, Suplente, designados pela Portaria nº 68/HST/14 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica EUNICE ANTUNES, subordinado ao título: *Sistema Nacional de Educação: um paradoxo no currículo diferenciado das escolas indígenas Guarani da Grande Florianópolis*. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido da Professora Maria Dorothea Post Darella, a nota final *.10,0*, da Procuradora da República Analúcia de Andrade Hartmann, a nota final *.10,0*, e do Professor Clovis Antonio Brighenti, a nota final *.10,0*; sendo aprovada com a nota final *.10,0*. A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital, ao Departamento de História até o dia 01 de março de 2015. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela Candidata.

Florianópolis, 09 de fevereiro de 2015.

Terra Indígena Morro dos Cavalos

Banca Examinadora:

Prof. *[Handwritten Signature]*

Prof. *[Handwritten Signature]*

Prof. *[Handwritten Signature]*

Candidata *Eunice Antunes*



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata
Atlântica
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Eunice Antunes, matrícula n.º 11100052, entregou a versão final de seu TCC cujo título é Sistema Nacional de Educação: um paradoxo no currículo diferenciado das escolas indígenas Guarani da grande Florianópolis, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 12 de março de 2015.

Carlos Manoel Genouy

Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Quero nesta oportunidade agradecer a Nhanderu Tenonde Nhandexy Tenonde, por me concederem a graça de chegar até o fim e com uma conclusão dos meus pensamentos.

Também aos meus pais Karai Tataendy e Jaxuka, da tekoá Itaty, pelo respiro da vida a essa terra, obrigada por cuidarem bem de mim.

Aos meus filhos pela paciência que tiveram comigo quando precisei me ausentar em busca dessas respostas.

Aos professores pela compreensão e pelo incentivo de levar minha pesquisa até o fim. Professor Clovis, Professora Dorotéia, Professora Helena da licenciatura indígena. Obrigada por acreditarem em mim.

Agradeço o meu orientador Carlos Guerola, que quase enlouqueceu comigo, mas não desistiu de me orientar.

Às lideranças das aldeias que me receberam e não mediram esforços em conversar e passar todas as informações, cacique Marco, sua esposa professora Elizete da tekoá Pirá Rupá e cacique Hyral Moreira e sua esposa cacica Celita Antunes, da tekoá Yynn Morotinn Wherá.

A todos os professores que cederam as entrevistas, Adriana e Wanderfly da escola Wherá Tupã Poty Djá, Elizandro da Pirá Rupá e Juçara de Souza da Itaty.

E com muito carinho a todos meus colegas de curso gestão ambiental que estiveram comigo durante quatro anos me ouvindo em todo tempo falar da educação escolar indígena diferenciada, meu colega Kaingang Benjamim Crespo, pelo compartilhamento de suas experiências de trabalho no seu TCC, ao colega Xokleng Woia Patte, pelas críticas construtivas que me levaram a ter mais força de dizer, eu consegui, e a todos os Guarani da Licenciatura Intercultural Indígena da UFSC, pela força e pelo sentimento do nhandereko que sempre sentimos ao ouvir uns aos outros. Ha´evete. Aguyjevete.

RESUMO

Este trabalho apresenta alguns aspectos que contribuem para a compreensão dos povos indígenas sobre o Sistema Nacional de Educação. Dando continuidade a uma pesquisa que iniciei há bastante tempo, na expectativa de encontrar uma resposta para a educação escolar indígena, para este trabalho pesquisei a respeito do Projeto Político Pedagógico de três escolas Guarani, entrevistando professores e lideranças das aldeias. O trabalho foi realizado nas seguintes escolas: Escola Indígena Itaty, na Terra Indígena Morro dos Cavalos, município de Palhoça; Escola de Ensino Básico Wherá Tupã PotyDjá, Terra Indígena MBiguaçu, município de Biguaçu; e Escola Indígena de Ensino Pirá Rupá, Terra Indígena Pirá Rupá, município de Palhoça. Os currículos e planejamentos políticos de ensino diferenciados de cada escola nas aldeias me permitiram refletir sobre os grandes desafios do Sistema Nacional de Educação, sob a perspectiva das lideranças e professores.

Palavras-chave: projeto político pedagógico; educação escolar guarani; escola indígena

RESUMO

Mba'exa pa raka'e nhande mbya kue'iry ronhembo'e rombo'e yma. Mba'erã pa, mba'exa pa, nhembo'eaty tekoa pygua kuery ro nhandembo'e ta. Nhaneramoï kuery omombe'u kaxo ha'ejavi Tembiapo regua, ta'anga régua.yma ma kaxo omombe'u jave ojejapo oi ojapo avã. Ayn ha'e rami he'y vei . nhebo'e aty nhande rekoapy juruá kuery ojapo nhandereko py mbegue mbegue nhandereko py nhamokanhy. Kova'e kuaxa re ambopara ma opyta avã nhandembo'e apy pave oikuaa ava, mba'exa pa nhande kuery roipota nhembo'a kuery secretaria pygua kuery, uvixa kuery oipytyvo ore pytyvo avã nhandereko já raa tenonde rã avã

Palavras-chave: projeto político pedagógico; educação escolar guarani; escola indígena

LISTA DE ENTREVISTADOS

Adão Antunes

Adriana Moreira

Celita Antunes

Daniela Benite

Elizandro Antunes

Elizete Antunes

Hyral Moreira

Juçara de Souza

Marco Oliveira

Wanderfly

SUMARIO

1. Introdução.....	10
2. Aldeias e escolas	13
3. Tekoa Itaty da Terra Indígena Morro dos Cavalos	14
3.1. A escola Itaty	15
3.2. Os Alunos da Tekoa Itaty	20
4. Tekoa Pira Pura do Massiambu.....	22
4.1. A escola Pirá Rupá	24
5. Terra Indígena Mbiguaçu	27
5.1. A escola Wherá Tupã PotyDjá	28
6. Considerações finais.....	33
7. Bibliografia.....	38

1. Introdução

Antigamente existia uma grande organização nas aldeias indígenas, onde a forma de constituir a educação era diferente do padrão escolar. Os ensinamentos eram repassados na oralidade, o ensino começava por imitações e treinamento, a avaliação era o sentimento de cada um. A partir do momento que aprendia, o indivíduo se auto avaliava e passava a praticar o conhecimento e a sabedoria guarani adquirida.

Com o passar do tempo e a aproximação gradativa do povo indígena com a população branca, o padrão escolar de educação foi sendo incorporado nas aldeias, e hoje são muitos os desafios presentes para pensar as particularidades da cultura indígena no sistema de ensino oficial.

No estado de Santa Catarina, a elaboração de um projeto político pedagógico diferenciado é um dos desafios enfrentados pelas escolas indígenas, não apenas guarani, mas também xokleng e kaingang. A maioria das escolas do estado não apresentam um Projeto Político Pedagógico próprio e diferenciado, exceto duas escolas, a escola indígena Wherá Tupã PotyDjá em Biguaçu e a escola indígena Itaty em Palhoça.

Este trabalho apresenta alguns aspectos que contribuem para a compreensão dos povos indígenas sobre o Sistema Nacional de Educação. Dando continuidade a uma pesquisa que iniciei há bastante tempo, na expectativa de encontrar uma resposta para a educação escolar indígena, para este trabalho pesquisei a respeito do Projeto Político Pedagógico de três escolas Guarani, entrevistando professores e lideranças das aldeias. O trabalho foi realizado nas seguintes escolas: Escola Indígena Itaty, na Terra Indígena Morro dos Cavalos, município de Palhoça; Escola de Ensino Básico Wherá Tupã PotyDjá, Terra Indígena MBiguaçu, município de Biguaçu; e Escola Indígena de Ensino Pirá Rupá, Terra Indígena Pirá Rupá, município de Palhoça. Os currículos e planejamentos políticos de ensino diferenciados de cada escola nas aldeias me permitiram refletir sobre os grandes desafios do Sistema Nacional de Educação, sob a perspectiva das lideranças e professores.

Assim, este trabalho tem como objetivo destacar os desafios enfrentados pelas escolas guarani mbyá da região da Grande Florianópolis, especialmente as dificuldades impostas ao corpo docente, no processo de elaboração de um projeto político pedagógico.

Esta pesquisa se iniciou anteriormente à minha inserção na Universidade, mas por várias outras situações que nós, povos indígenas, enfrentamos perante os órgãos políticos, não consegui dedicar tempo suficiente para a pesquisa até agora. A centralidade de outras

questões, como a terra, meio ambiente, saúde indígena, faz com que muitas vezes a problemática da educação não seja aprofundada.

Mesmo depois do ingresso no curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal de Santa Catarina, percebi que, entre as diversas temáticas referentes à questão da Educação Escolar Indígena, o Sistema Nacional de Educação permanecia pouco esclarecido. Durante o curso, em conversas com os outros alunos, muitas vezes quando se falava de planejamento, estágio e currículo, as propostas diferenciadas eram resumidas à frase: “o sistema não aceita”.

Por isso me dediquei a compreender melhor essa questão e buscar respostas para tantas perguntas. Comecei a criar uma imagem de como seria um sistema nas aulas de capacitações do Magistério *Kuaambo´e = Conhecer, Ensinar* do Protocolo Guarani em 2003. Naquele curso, o professor José Bessa Freire comparou a educação escolar indígena com uma árvore. Numa imagem ele representou: as raízes como se fossem as pessoas mais velhas, os sábios da aldeia, a sabedoria Guarani; o tronco como a escola e os professores indígenas com um filtro para peneirar os conhecimentos para manter a raiz; já os galhos e frutos representavam a imagem dos jovens e das crianças; além disso, em de cima tudo, colocou uma antena apontada para baixo, representando toda a captação do mundo de fora, chamada Sistema Nacional de Educação. Nesse modelo de árvore com raiz, tronco, galhos e frutos e mais uma antena ficaria para o entendimento de todos que o Sistema Nacional de Educação era como uma onda magnética e que nossos jovens e crianças não tinham como escapar dessa onda.

Há mais de dez anos atrás já se percebia o aumento na necessidade de fortalecimento da cultura Guarani na região da Grande Florianópolis, e mais ainda, precisava-se de apoio para proteger o fortalecimento da cultura. Os mais velhos, as lideranças das tekoá unidos, já não aceitavam mais a ideia do modelo curricular da escola padronizada, tinha que se chegar a uma revolução da escola indígena e o efeito que ela traria de cima para baixo só quando chegasse ao tronco iria ser peneirado.

Pois bem, naquele momento a melhor forma de representar e exemplificar o papel da escola indígena dentro das tekoás (aldeias) foi facilitando o entendimento, tanto dos professores indígenas quanto dos não indígenas, sobre a importância e o valor dos conhecimentos tradicionais dentro das escolas indígenas.

Durante as aulas no curso de Licenciatura Intercultural Indígena, na disciplina *Organização do Trabalho Escolar*, oferecida pela professora Veronice Rossato, tive a plena

convicção de que o modelo escolar que está sendo imposto pelos estados e municípios nas aldeias não serve para a educação escolar indígena. A escola regular tem como objetivo criar máquinas humanas para o trabalho, os indígenas formam humanos para viver bem. Durante as referidas aulas, foi exibido um filme tratando sobre a origem da escola no Tibet (Escolarizando o mundo, *Schooling the World*, Dir: Carol Black, 2010¹), onde foi evidenciado o objetivo das escolas e da formação convencional.

É importante ressaltar também a minha participação no seminário sobre a educação escolar Guarani no sul e sudeste brasileiro, que ocorreu na cidade de Florianópolis-SC em 2001. Nessa ocasião os sábios Guarani se opuseram veementemente às escolas nas aldeias. As colocações dos mais velhos serviram de base para a reflexão sobre a proposta de currículo diferenciado.

A partir de experiências mais atuais, especialmente da minha participação no encontro de professores guarani em Biguaçu, em 2007, foi possível realizar uma discussão com todos os professores e lideranças guarani a respeito do papel da educação escolar indígena e levantar elementos que pudessem contribuir para a elaboração de um projeto político pedagógico das escolas. No documento feito nesse encontro falava-se muito do sistema guarani, inclusive o documento se chamou de “Sistema de Educação Escolar Indígena Guarani do estado de Santa Catarina”.

Para este trabalho, foram muito importantes igualmente os resultados e análise da discussão realizada em 2008 na Terra Indígena do Morro dos Cavalos durante assembleia realizada no evento “*Nhandereko Tenonderã*” – *O futuro da nossa cultura*, onde se buscou discutir entre os Guarani sobre quais eram as possíveis ações concretas da população indígena no que se referia à escola na aldeia. Nesse dia também a comunidade falou bastante sobre o *Nhandereko* – Sistema Guarani.

Recentemente participei também de alguns outros encontros, como a I Conferência de Educação Escolar Indígena, que ocorreu durante o ano de 2009 e resultou num documento da Comissão Guarani Nhemonguetá encaminhado para o Ministério da Educação. Essas mobilizações vêm contribuindo para pressionar o Estado e para garantia dos direitos indígenas. Em Chapecó, em junho de 2014, foi um momento de trocas de reflexões falando do currículo escolar indígena entre os povos Guarani, Kaingang e Xokleng de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No II ENEI, Encontro Nacional de Estudantes Indígenas, realizado no

¹ Mais informação em <http://schoolingtheworld.org/> [acesso em 04 fev. 2015]

Mato Grosso do Sul, em agosto de 2014, o que mais me chamou a atenção foi uma frase do professor Gersem Baniwa, um recado para o ensino nas universidades: “Que se pense na interculturalidade, não só no bilinguismo e na interculturalidade, mas que se pense que cada povo tem a sua própria ciência”. Já no II Encontro de Educadores indígenas em Brasília, em novembro de 2014, com vários povos do Brasil, depois de tantas discussões, cheguei a uma conclusão: que o sistema nacional de educação só é um discurso das secretarias estaduais que estão acostumadas com aquela ideia do colonialismo da época dos anos 500. Mas o próprio colonizador, o branco, já modernizou a sua escola e já está atualizando a sua educação.

Portanto, foi esse acúmulo de experiências que vivenciei ao longo dos anos que despertou o meu interesse em abordar a temática da educação escolar indígena neste trabalho, pois trata-se de um desafio enfrentado na realidade do povo indígena, e por isso optei por utilizar esse momento privilegiado de investigação para refletir e sistematizar alguns aspectos que podem contribuir para um direcionamento na construção dos projetos político pedagógicos das aldeias, de uma forma que a cultura indígena seja fortalecida no espaço escolar e não ameaçada, como vem ocorrendo atualmente.

2. Aldeias e escolas

Historicamente, os Guarani formavam um conjunto de povos com a mesma origem, falavam uma mesma língua, planejavam seus desenvolvimentos em um modo de ser que mantinha viva a memória de antigas tradições e se projetavam para o futuro, praticando uma agricultura muito produtiva, a qual gerava amplos excedentes que motivavam grandes festas, rituais e a coletividade no usufruto dos produtos, conforme determinava a economia de reciprocidade. Em 1500, quando os europeus chegaram nesta terra, ficaram maravilhados com a *divina abundância* que aqui encontraram.

O povo Guarani continua vendo o mundo como uma região, as matas, animais, rios, e seguem o sol. Seu território é onde vivem, seu modo de ser, sua cultura milenar é seu território tradicional, historicamente ocupado pelos seus ancestrais, que se estende por parte da Argentina, Paraguai, Bolívia e Brasil. Mas o povo Guarani ocupa hoje apenas pequenas ilhas, pois os europeus que aqui chegaram se apossaram de praticamente todo o território que encontraram. O território, o solo que pisamos, é um tekoá, o lugar físico, o espaço geográfico varia conforme por onde nos movemos, sendo que permanece essa cultura de mobilidade.

O povo guarda tradições de tempos muito antigos, que trazemos na memória, que vão sendo atualizadas no nosso cotidiano, através de mitos e rituais. Cabe citar um pensamento do aluno da Escola Indígena Itaty, Kennedy Ferreira Gomes, em sua pesquisa chamada de “*Arte Guarani e seus valores*”:

Somos a criatura divina do Sol, que em uma de suas belas criações foi mais ousado em criar o ser humano, porque deu o poder de pensar e agir e por termos este poder não vivemos por instinto, mas temos um destino e nele podemos escolher em nos adaptarmos com outras coisas ou até mesmo criarmos algo para nosso bem estar.

3. Tekoa Itaty da Terra Indígena Morro dos Cavalos

A comunidade Tekoa Itaty, da Terra Indígena Morro dos Cavalos, fica na região sul da Grande Florianópolis, no município de Palhoça. Atualmente a população é de 190 pessoas e 34 famílias, onde mais de 50% da população são crianças de 0 a 14 anos. A área oficializada é de 1988 hectares. A terra foi declarada pelo antes Ministro da Justiça, Tarso Genro (2008), e ela pertence ao bioma Mata Atlântica². Sobre a situação jurídica atual, a terra está no processo final de homologação, por isso é uma área de bastantes conflitos para os governantes do estado de Santa Catarina, sociedade conservadora e especulação imobiliária.

No ano de 2014, tivemos um avanço no processo de ocupação da terra antes da homologação, pois quatro proprietários não indígenas que moravam na TI foram indenizados pelas suas benfeitorias na TI demarcada. Com isso as famílias Guarani começaram a ocupar de fato a área demarcada.

A comunidade da Tekoa Itaty tem como ponto forte a resistência pelas políticas do território em defesa da crença religiosa e o seu zelo pela Casa de Reza (*Opy*) e pela língua, sendo isso que mantém a cultura guarani no geral até os dias de hoje.

A maior fonte de renda da comunidade é o artesanato, onde todas as famílias produzem o artesanato e buscam de uma certa forma valorizar as tramas da arte. Também existem algumas pessoas que trabalham na comunidade de professores e agentes de saúde e agente de saneamento. Essas famílias que trabalham são as que sustentam todos os familiares como irmãos, pais, filhos, netos, sogros, genros e outros familiares.

Além do mais, na tekoá existem também projetos que envolvem a parte sustentável da comunidade, cultivos de algumas plantas, criação de animais e outras opções que geram renda

² Disponível em: <http://ti.socioambiental.org/pt-br/#!/pt-br/terras-indigenas> [acesso em 04 fev. 2015]

para todos, como, por exemplo, hortas comunitárias, cultivo de orquídeas, criação de galinhas e as roças familiares que produzem milho, feijão, batata doce e mandioca.

3.1. A escola Itaty

A Escola Indígena de Ensino Fundamental Itaty está localizada às margens da BR-101 no km 235, sentido sul, no município de Palhoça, bairro Enseada de Brito, na terra indígena Morro dos Cavalos.

Depois de anos de trabalho dentro de sala de aula na Tekoá Itaty, no mês de setembro de 2014, do dia 23 a 27, de segunda a sexta-feira, fiz um trabalho diferente como pesquisadora na escola. Comecei a minha pesquisa entrevistando meu pai Adão Antunes, o professor mais velho da aldeia, que me contou sobre o histórico da escola.

Segundo ele, em 1995, a Secretaria de Educação foi informada pelos antropólogos que havia duas comunidades que precisavam matricular as crianças em escolas. Como os pais não aceitavam que os filhos fossem estudar fora da aldeia, foi criada uma escola isolada no Morro dos Cavalos numa casinha antiga de madeira, onde o primeiro professor foi o Sr. Hyral Moreira, que hoje é Cacique da Aldeia Biguaçu. Não consegui nenhum material registrado dessa época, as informações aqui colhidas foram apenas entrevistando mesmo.

Os anos foram passando e, no final de 2002, foi inaugurada a escola Indígena de Ensino fundamental Itaty, no governo do Sr. Esperidião Amim, governador do estado. Seu Artur Benite era o cacique. Naquele tempo, a escola funcionava somente com as séries iniciais, de 1ª a 4ª, havia professores juruá que trabalhavam somente na língua portuguesa e havia também professores Guarani que eram os interpretes dos professores juruá.

Seu Artur, o cacique, lutava para que a Secretaria contratasse mais pessoas Guarani para trabalhar na escola, mas por falta de capacitação não podiam contratar, pois consideravam o ensino da escola de péssima qualidade.

Em 2004, seu Artur me convidou para trabalhar na escola como professora para alfabetizar na língua portuguesa junto com o professor Paulo de Oliveira, ele seria o meu intérprete. Aceitei o convite, e, meio contra a vontade da Secretaria, fui contratada para trabalhar na escola.

Foi aí que comecei a identificar a dificuldade dos alunos que entravam na escola em entender e aprender o ensino da leitura e escrita, eu já estava acostumada com a proposta de uma escola diferenciada porque meu pai, que trabalhava no Massiambu, falava com a

comunidade de lá sobre todos os direitos do ensino específico na aldeia e funcionava, pois meu filho Kennedy Karai foi alfabetizado na escola Ka'akupé (na aldeia de Massiambu) somente na língua guarani pelo professor José Benites e aprendeu rápido.

Comecei também a questionar a coordenadora da escola, que chamava Eliete, mas percebi a grande resistência em adaptar o ensino bilíngue na escola. Conversava bastante com meu pai sobre as dificuldades encontradas para alfabetizar os alunos, ele me aconselhou para conversar com o cacique e expor estas situações. Seu Artur perguntava bastante sobre os direitos no modo de ensino diferenciado e eu explicava. Começamos a fazer um teste de ensino diferenciado com seu Artur, convidei-o para vir na escola contar histórias para as crianças. Ele veio, contou as histórias e no final da aula me procurou para dizer que não havia gostado de contar histórias na sala de aula, porque era muito frio.

Fiquei um pouco encabulada com o resultado, no dia seguinte seu Artur me chamou e me perguntou se poderia ser no mato o local para contação de história. Respondi que dentro da lei podia, ele pediu para organizar os alunos e levar no mato para passar o dia com ele ensinando e assim o fiz. No outro dia, levei meus alunos junto com o professor Paulo. Compramos alguns alimentos e subimos para a mata, seu Artur já estava lá nos esperando. Quando chegamos ao lugar imaginei que ele fosse fazer uma roda para contar as histórias, mas não, ele pediu que as crianças limpassem o local, limpamos, que fossem achar lenha, achamos, que fizessem o fogo, fizemos, aí pediu que fizéssemos a comida, fizemos. Somente na hora do almoço seu Artur sentou conosco para comer e perguntou para nós se estávamos gostando e eu respondi meio contrariada que sim. Aí ele começou a falar para todos, que tudo aquilo que estávamos fazendo era o modo de ensinar no tempo antigo, “as crianças nunca mais vão esquecer do que aprenderam aqui hoje”, e nada de contar histórias, depois que seu Artur almoçou ele falou para cada criança que descesse que levasse uma carga de lenha e deixassem na casa dele. Achei um absurdo, mas obedeci a ordem, quando chegamos com a lenha na casa dele, ele pediu que colocássemos a lenha tudo organizado numa posição encostado na Casa de Reza, que ficava na frente da casa de seu Artur, e assim fizemos. Ao sairmos para voltarmos à escola seu Artur chama as crianças e diz: “Venham todos quando o sol estiver se pondo para a Casa de Reza, que hoje eu vou contar histórias para vocês.” Não tivemos outra alternativa e confirmamos presença, a noite várias pessoas da comunidade se reuniram na Casa de Reza e eu com o professor Paulo levamos as crianças. Ao chegarmos lá fomos recebidos com muita alegria pelo Karai Artur, ele pediu para nós sentarmos e disse *peja pyxaká* (se concentrem).

Foi feito todo o ritual de reza e eu me emocionei quando eu vi meus pequenos alunos fazendo o maior esforço para dançar, cantar e rezar, todos estavam com um brilho nos olhos. Depois de tudo acabado seu Artur chamou as crianças para tomar um chá, depois deu um banho daquele chá em todos nós e sentamos ao redor do fogo, onde ele começou a contar as histórias como era antigamente o ensino na Casa de Reza. Saímos todos dali sem palavras. Foi ali naquele dia que eu me transformei no maior paradoxo contra o ensino do sistema de educação nas escolas indígenas.

No dia seguinte, cheguei na escola, fui chamada pela coordenação onde comecei a minha luta contra o modo de ensino. Fui perseguida, fui mandada embora do meu emprego, mas com muito orgulho do que havia aprendido e sentido com as aulas do professor Artur.

Passaram-se os anos e, em 2006, Seu Adão se mudou do Massiambu para Morro dos Cavalos e começou a trabalhar na escola. O ensino da escola já havia se modificado bastante, seu Artur continuava a exigir dos professores o ensino guarani e já havia também outros professores indígenas atuando além de Paulo, mas também João Batista.

O projeto político pedagógico da escola Itaty, foi iniciado no dia 18 de Outubro de 2006. Na primeira reunião, com o cacique Artur Benite, os professores Adão Antunes, João Batista Gonçalves, Paulo de Oliveira e a merendeira Cláudia Benite, participou da Secretaria de Educação a Sra. Ivone da Gered (Gerência Regional de Educação). O professor Adão foi quem explicou uma experiência proposta aplicada na escola Ka'akupé da Aldeia de Massiambú. Adão foi o protagonista desses registros. Guarani, e como professor de mais tempo na escola e com algumas capacitações, entendia perfeitamente o significado de cada palavra que diz educação escolar indígena. Lutou para colocar o pensamento guarani no papel e conseguiu. Porém, como tudo no mundo do papel tem que ter normas e padrões, isso não foi considerado.

O projeto político pedagógico do Morro dos Cavalos só começou a tomar forma de projeto no final de 2007, pois como mencionado antes os professores indígenas nunca tiveram um momento propício para elaborar um PPP. O professor Adão Antunes em seus registros de propostas de ensinamentos coletados dos mais velhos, há tempo já vinha apresentando a ideia para a Secretaria. Ela muitas vezes também fingia aceitar as propostas levadas, mas no papel mesmo permanecia sempre o sistema da Gerência de educação que modificava sempre as propostas enquadrando sempre no que dizia o sistema nacional de educação. O professor Adão Antunes nunca desistiu dos seus ideais e sempre confrontava com os funcionários das secretarias de educação, pois, quando se tratava da parte pedagógica dentro das salas de aula, ele conseguia

ministrar de acordo com as demandas da comunidade, mas quando se tratava de organizar dentro deste currículo o calendário escolar, os dias letivos de aula, sempre havia uma discussão porque o tal do sistema não aceitava.

Mesmo sem o PPP, as escolas da aldeia Massiambú e Morro dos Cavalos foram as primeiras escolas a conseguirem dentro da secretaria um calendário com tempos diferenciados das demais escolas da região. Todos os anos a comunidade da tekoá Itaty reunia-se para discutir a proposta de ensino escolar e ano após ano os professores foram tomando mais conhecimento dos direitos perante a lei para a criação da tão sonhada escola indígena.

Em 2010, tivemos uma grande tarefa nas férias de janeiro, de sentar com todos os professores e fazer um levantamento de tudo o que já havia sido registrado como proposta de ensino e montar um grande projeto pedagógico, fomos muito contrariados pelo próprio diretor da escola da época mesmo assim conseguimos reunir vários elementos que sustentavam o modo de ensino da escola Itaty. A secretaria sempre usava a desculpa de não atender as demandas da escola porque tinha que ter um projeto político pedagógico. Não considerava os documentos que todo ano os professores enviavam à Secretaria. Foi aí que, fundamentados nas leis, colocamos no papel os principais objetivos da escola na aldeia, e essa parte foi uma das primeiras linhas a ser estruturada no currículo da escola Itaty.

Na discussão realizada pelos moradores da aldeia do Morro dos Cavalos, quatro eixos principais foram apontados na construção de um projeto político pedagógico que fosse compatível com as demandas do povo Guarani Mbyá. Nesse sentido, são eles:

1º Oralidade Guarani: a concepção sobre a qual foi materializada a Educação Escolar tomava como base referencial de aprendizagem o método teórico, calçado no documento escrito. Tal tradição ocorre em vista da própria gênese missionária e evangelizadora que esta se propunha. A escrita como forma de restringir o acesso à informação teológica na Europa Medieval era um instrumento de poder. Porém, naquele momento histórico, toda a cultura era visível se tivesse registro material e, especialmente, o escrito. Atualmente são consideradas válidas outras formas de conservação do patrimônio cultural, porém, existe uma dificuldade especial em entender os processos de transmissão deste patrimônio em um espaço escolar.

A escrita no Guarani, para o Guarani, é um processo recente, e que tem se tornado mais acentuado dentro do espaço escolar. O dilema está em estabelecer métodos de aprendizagem que não suprimam a base oral de conservação do patrimônio cultural em detrimento da escrita. Primeiro, porque a oralidade supõe concomitantemente a corporeidade, a força vital que se invoca, a ancestralidade, o contexto de abordagem, e principalmente porque transforma o conhecimento no próprio sujeito, pois é ele quem fala.

A escrita, sob este aspecto é mais limitada, pois o documento escrito não fala por si, e para o Guarani, ele não fala nada, pois não é ele quem fala. Devido ao hábito oral Guarani, também não se identifica quem fala através do documento, e, portanto, limita-o a um objeto desumanizado.

2º Predestinação: outro ponto fulcral para problematizarmos a escola na aldeia Guarani é o elemento de predestinação que tangencia a educação infante. Dentro da concepção Guarani, a criança é manifestação de outra dimensão astral. Não é totalmente deste mundo, e deve ser entendida como um espírito livre a ser “humanizado” naturalmente. A repercussão desta concepção de cunho religioso no espaço escolar é algo próximo de uma educação naturalista, em que a formação da criança não se dá pela razão, mas pela livre “ação da natureza”. Isso cria um desconforto em especial quando pensado dentro do espaço escolar, pois a própria escola, da maneira como institucionalmente foi concebida, reflete o espírito da transformação pela razão, e, portanto, pela ação humana. Algo que implica na prática em um profundo redimensionamento metodológico.

3º Questões de gênero Guarani: este aspecto chama atenção basicamente em função de que as mulheres – kunhã – têm uma relação íntima com os ciclos da natureza, manifestos em seu período menstrual. A ideia de ciclos não repetidos (espiral) está presente na cosmovisão Mbyá, na qual o feminino está permeado. Por esta razão, existe “um período de reclusão ritual” por parte das alunas, professoras e funcionárias indígenas que deve ser respeitado.

4º Política local: na escola indígena pulsam as manifestações e as tensões políticas vividas pela comunidade. Ao contrário do que parece, essas manifestações são profundamente positivas, pois enriquecem e amadurecem o processo de gestão da comunidade, e igualmente, da gestão da escola. Mas isso implica também em considerar que existem oscilações no ritmo da comunidade escolar, pois a escola torna-se o centro onde são discutidos os aspectos imanentes ao poder local. Isso se reflete na adesão dos alunos às atividades escolares e na sua interação com o espaço escolar.

(Escola Itaty – Projeto Político Pedagógico)

No ano final de 2012, junto com um novo diretor na escola, professor Cesar Cancian Dalla Rosa, nosso PPP conseguiu ser chamado de projeto político pedagógico na Secretaria, não pelo conteúdo, mas pela forma e estrutura de projeto.

Quanto à sua estrutura física, a Escola Indígena Itaty possui um espaço com 03 salas de aula, uma cozinha, uma secretaria, um depósito de merenda, uma sala de informática, dois banheiros e uma casa tradicional para o fogo e rodas de conversas. A escola também tem um projeto político pedagógico próprio com um tema central cujo nome é *meio ambiente*. Ainda, estão distribuídos os subtemas, que são: tekoá, terra, ar, água e fogo, fauna e flora.

São sete professores no total, sendo que seis são Guarani e um branco. Também o diretor da escola não é indígena. Todas as disciplinas iniciam na língua materna e são baseadas na realidade da comunidade. As turmas são do 1º ao 9º ano, e também há o EJA (Ensino de Jovens e Adultos) fundamental e médio. O ensino do EJA tem um currículo próprio da escola, pois percebemos que o contato com a cultura do branco cada vez mais vem aumentando e acelerando, mas ao mesmo tempo também percebemos que nas últimas décadas aumentou o interesse pela valorização e as orientações pela essência cultural indígena guarani, que hoje passou a ser ensinada dentro das salas de aula.

Tabela 1 - Horários, turmas e professores da EIEF Itaty

FUNCINAMENTO DA ESCOLA	PROFESSOR	TURMA	DISCIPLINA
Matutino: das 8:00 as 12:00, com intervalo as 10:00	Gonçalves:João Batista	4º e 5º ano Ensino Fundamental	Multidisciplinar português e guarani
	Juçara de Souza	6º ao 9º ano do ensino fundamental	Matemática ciências exatas
	Kennedy Ferreira Gomes	6º ao 9º ano do ensino fundamental	Artes e educação física
	Mário Karai Moreira	6º ao 9º ano do ensino fundamental	Linguagem
	Eliezer Verá Antunes	4º ao 5º ano	Artes e educação física
	Vespertino: das 13:00 as 17:00, com intervalo as 15:00	Mário Karai Moreira	1º ano séries iniciais
	João Batista Gonçalves	2º e 3º ano Ensino Fundamental	Interdisciplinar guarani
	Kennedy Ferreira Gomes	1º, 2º e 3º ano series iniciais	Arte e educação física
Noturno: das 17:30 as 21:30, com intervalo as 8:00	Juçara de Souza	EJA Ensino Fundamental anos finais	Ciências exatas
	Eliezer Verá Antunes	EJA Ensino Fundamental – séries finais	Linguagem

Fonte: Levantamento de dados para esta pesquisa, 2014.

3.2. Os Alunos da Tekoa Itaty

As crianças da aldeia Itaty são bastante interessadas pela cultura guarani e essa característica reforça muito a tradição no seu modo de brincar, imitar, trabalhar, respeitar, rezar e praticar todas as atividades familiares e comunitárias. Embora haja bastante a necessidade de um líder espiritual ou um xeramõi conselheiro, hoje na aldeia o professor é quem faz esta interlocução de transmissão de conhecimento cultural na aldeia, e percebe que isso é pouco, pois não estamos totalmente focados nisso, afinal temos vários outros afazeres e envolvimento nas questões políticas.

As crianças entre 10 a 15 anos já têm mais responsabilidade, pois a partir desta idade começam a receber as orientações para a vida adulta. Relata-se a seguir uma entrevista feita na escola com a aluna do 6º ano, Daniela Benite, nascida no Morro dos Cavalos, em 2000. As perguntas foram as seguintes: (1) Qual é a função da escola na aldeia, o que a escola faz para o aluno e o que o aluno faz para a escola? A resposta foi: “Pra mim a escola é um lugar de estudar, onde é mostrada para nós a nossa história, e é também o lugar onde eu canto”.

A segunda pergunta foi: (2) Do que você mais gosta na escola? Daniela respondeu: “eu gosto da casinha tipo opy’i que tem na escola onde vocês contam as histórias, gosto da comida, das frutas... eu só fico feliz, porque minha mãe sempre fala: ‘estudem bem, escutem quando os professores falam pra vocês’”.

A terceira questão foi: (3) Do que você não gosta na escola? A resposta foi: “eu gosto de tudo na escola, escrever, brincar, dos amigos, gostei muito da cerimônia que o xeramõi de Biguaçu fez aqui na aldeia, gostei também dos conselhos que a xejaryi de Imarui falou pra nós. Eu fiquei bem feliz”.

Em seguida ela foi questionada: (4) Se você pudesse mudar alguma coisa na escola, o que você mudaria? Ela respondeu:

Eu gosto de tudo na escola, dos professores, eu gosto de todo mundo. No final do ano nós estamos indo embora para o Rio Grande, e minha mãe não quer deixar nós aqui, mas eu gosto muito de estudar aqui porque sou muito feliz com vocês. Se eu pudesse mudar alguma coisa na escola... Eu faria umas casinhas para nós brincar... ali perto dos balanços.

Os meninos acompanham os mais velhos na roça, na mata e os compromissos são exigidos para eles, principalmente se ele for o filho mais velho da família. Já as meninas ajudam a cuidar dos irmãos mais novos, cuidam da casa e acompanham suas mães nos afazeres domésticos e nos artesanatos. Por este motivo não existe adolescência, ou é criança ou é adulto. Nessa fase é onde a educação acontece, principalmente através de mitos, e é esta a carência que enfrentamos na aldeia por não termos nenhum ancião na aldeia.

O respeito maior como indígena é pelos mais velhos e principalmente as crianças cumprem muito bem este papel. Temos o dever de proteger e promover a cultura. Todos os métodos de ensino são usados na nossa escola e quando se trata de repassarmos os conhecimentos mais antigos, o esforço se redobra, pois os aparelhos eletrônicos estão dentro de quase todos os lares guarani e isso automaticamente se encarregou de ensinar as crianças a terem o contato com o mundo dos não indígenas.

Depois que houve o contato com os brancos, primeiramente vieram os jesuítas e trouxeram uma outra forma de ensinamento, porque os objetivos eram outros. Depois vem a FUNAI e também aplica sua parte, mas seus objetivos também não eram indígenas. Logo vem a figura do professor intérprete que repete as ideias do branco e hoje chegamos a um novo modelo de educação conforme o art. 231 da Constituição Federal de 1988, que diz: “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre suas terras que tradicionalmente ocupam, competindo a união demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Essa parte da carta magna está difícil de ser cumprida e cobrada pelo sistema de educação nacional e também pelos próprios professores indígenas. Mas vemos que apesar de ser um processo bem lento e com todas as interferências do sistema defasado, os indígenas vêm tendo uma conquista contínua sobre o tema educação escolar nas aldeias.

Baseada nessas experiências educacionais foi possível observar que não apenas no curso do Magistério, mas também na Licenciatura Indígena, o tema do projeto político pedagógico não foi abordado de forma a permitir a sua construção e concretização. Desse modo, ao trazer a discussão na construção do Projeto Político Pedagógico na escola indígena Itaty tem-se como objetivo contribuir com a construção de experiências educacionais similares, assim como garantir que o projeto político pedagógico seja sistematizado e reconhecido pelo Estado.

Numa entrevista feita no dia 16 de julho, numa conversa ao redor do fogo, perguntei à Juçara como ela se sente trabalhando na escola com metodologia diferenciada do que acostumamos aprender na faculdade. Ela respondeu:

É bem diferente de como eu aprendi na escola quando eu era criança, hoje na universidade o método de ensino ainda continua sendo daquele jeito, mas acho que o que está sendo ensinado lá... parece que os juruá começaram a ver que o negócio tem que mudar (risos), então eles também pensam que tem ser diferente... então imagine eles pensarem como nós pensamos... é tudo diferente (risos). No início quando comecei a trabalhar aqui eu fiquei com medo e curiosa ao mesmo tempo, quando fiz meu plano de aula pensei que seria uma imaginação, mas pensei, se isso der certo vai ser fantástico, no final deu tudo mais que certo... nossa... eu aprendi a trabalhar e me divertir ao mesmo tempo (risos).

4. Tekoa Pira Pura do Massiambu

A aldeia Pira Rupa do Massiambu fica no município de Palhoça, no parque Serra do Tabuleiro. Seus limites são 3,78 hectares de terra, reconhecida pela união como terra

indígena. A comunidade indígena do Massiambu tem hoje uma população de 75 pessoas, de 0 a 70 anos, e 16 famílias. Hoje é considerada a segunda menor aldeia guarani do Brasil. Massiambu sempre foi ocupada pelos Guarani. De acordo com os estudos feitos (LITAIFF; DARELLA: 2000), os mbya são os Karijó. Essa comunidade foi contatada pelos navegadores europeus em 1516. As pesquisas feitas dizem que em 1993 foi quando os Guarani voltaram para o Massiambu novamente. Depois de passar muitos anos fora de lá, ali estavam os Guarani para recomeçar novamente num lugar que sempre foi habitado por eles.

Em 1993 havia uma família de Guarani onde o cacique era o Sr. Augusto da Silva, que vivia numa aldeia em Palhoça onde tinha o traçado da BR-282. Viviam em péssimas condições. Como o governo tinha que fazer aquele traçado virar asfalto, pediu que o prefeito de Palhoça fizesse que os Guarani desocupassem o local. O prefeito, não sabendo o que fazer, recorreu às universidades Unisul e Universidade Federal de Santa Catarina.

Os antropólogos acompanharam as reuniões com o prefeito e demais autoridades e conseguiram a chácara que hoje é a área do Massiambú. Lá morava um senhor que faleceu, deixando o seu terreno em litígio. Desse modo, o juiz e o prefeito de Palhoça o ofereceram aos Guarani que viviam ali no traçado da BR 282 conhecido por Terra Fraca. Os Guarani conseguiram ir para o Massiambu – sua terra ancestral, referenciada nos relatos dos mais velhos - mas o lugar permaneceu em litígio. Nem a FUNAI, nem a Secretaria de Educação conseguiam construir alguma estrutura para os Guarani nessa localidade, inclusive não podiam construir uma escola lá devido a que a terra não era reconhecida oficialmente.

O litígio foi ganho pelos Guarani em 2009. A aldeia foi reconhecida como terra indígena nesse ano. É liderada pelo cacique Sr. Marco Guarani. Hoje as famílias que moram ali vivem tranquilas e felizes, os alunos conseguiram ser matriculados, hoje tem 30 alunos da 1º série ao 2º ano do ensino médio do EJA. Tem seis professores, todos indígenas e moradores da aldeia, também um agente de saúde e uma pessoa que cuida do saneamento. Também tem um grupo de mulheres artesãs que trabalham juntas e têm a sua organização de vendas. A integridade tradicional se mantém e praticam seus rituais de cura em casa mesmo, o uso do petyngua e da língua está 100% mantido.

A escola está em fase de início de construção e não possui projeto político pedagógico. Como é que funcionava a escola que eles tinham até hoje? Antes disso a escola funcionava dentro das casas que eram concedidas pela comunidade para servir de sala de aula, pois o estado não constrói nenhuma estrutura física dentro de uma terra que não seja oficializada. Os professores eram contratados para lecionar para as crianças dentro dessas casas onde a

Secretaria o tempo todo chamava de escola. Porém as aulas funcionavam sempre numa metodologia de ensino específico guarani. Foi ali, na escola de Massiambu, no ano de 2001, onde começou a surgir os primeiros registros de trabalhos escolares diferenciados guarani.

Foi ali também onde se iniciou a primeira proposta político pedagógica própria de aprendizagem na escola Ka'akupe. Nessa época, quando seu Augusto da Silva era o cacique da aldeia, ele e sua esposa dona Maria lutavam para fortalecer a educação tradicional nem que para isso fingiam ter um professor na escola contratado pela Secretaria, para ensinar o letramento, mas na verdade este professor tinha que ser o transmissor do conhecimento e sabedoria guarani, os professores eram os senhores Adão Antunes e José Benite, que começavam alfabetizando em língua guarani até o terceiro ano de escola depois trabalhavam o letramento e a alfabetização da língua portuguesa. Essas experiências deram muito certo para a comunidade, alunos e professores, pois todos estavam de acordo e satisfeitos com o ensino, mas no olhar da Secretaria de Educação, tudo aquilo era um absurdo. Por isso os Guarani preferiam andar contra a lei da Secretaria para fazer seu próprio ensino.

4.1. A escola Pirá Rupá

Estive fazendo minha pesquisa na aldeia Massiambu em outubro de 2014, na Escola Pirá Rupá, onde não tem Projeto Político Pedagógico.

A escola Pirá Rupá esta localizada na estrada geral do Massiambu, sem número, no município de Palhoça. A escola do Massiambu começou em 1997, as informações foram contadas pelo professor Adão Antunes. Ele conta que a escola foi implantada na tekoá, numa pequena casa emprestada pela comunidade. No ano 2000, seu Adão Antunes, que morava na Linha Limeira foi convidado pelo senhor Augusto da Silva, cacique da aldeia de Massiambú, para trabalhar com as crianças, só que seu Augusto e dona Maria já tinham ideias de como queriam que esta escola funcionasse e não aceitavam professores que não fossem Guarani. Meu pai, seu Adão, aceitou o convite, pois já trabalhava na escola de Linha Limeira na Terra Indígena Xapecó. Em 2001 foi construída uma escola de madeira que a FUNAI doou para a comunidade porque o governo do estado não quis construir uma escola em terra que não era regularizada. E seu Augusto se mudou com alguns dos familiares para Imarui, hoje tekoá Marangatu.

A escola se chamou Ka'akupé. Em 2002, a escola era de madeira, com uma sala e um banheiro. Começou a funcionar com o ensino diferenciado, a alfabetização era dada somente em língua guarani e as demais disciplinas eram bilíngues, mas percebia-se que o objetivo da

escola era a leitura e escrita. Os ensinamentos do Nhandereko eram feitos na comunidade com a participação dos alunos e professores nos mutirões da aldeia e nas reuniões da comunidade. Os professores da escola eram seu irmão Adão Antunes, José Benites e Claudio Ortega. O professor Elizandro Karai Antunes conta que em 2007, com a aquisição de terra comprada no Amaral, município de Biguaçu, os familiares de José Benites se mudaram para Amaral, levando a escola Ka'akupé junto. A estrutura física e administrativa começa a funcionar na nova aldeia, liderada pelo cacique José. Foi nessa escola Ka'akupé que os professores Adão Antunes e José Benites começaram a discussão da primeira proposta de PPP Guarani, mas com a mudança da escola para a aldeia Amaral, a aldeia do Massiambu começou um novo projeto de escola.

No mesmo ano, os familiares que permaneceram no Massiambú tiveram uma batalha árdua para conseguir criar uma nova escola. A professora Juçara de Souza juntamente com o professor Elizandro Karai Antunes reuniram a comunidade, escreveram atas e foram à Secretaria para tentar conseguir abrir a nova escola. Enquanto a escola não era criada, várias vezes os professores reuniam as crianças nas casas ou embaixo de árvores para dar aula, sem ser remunerados e sem nenhum atendimento específico da Secretaria. Infelizmente foi uma corrida sem sucesso, pois a Secretaria alegava que ali não existia mais moradores e que a escola havia sido retirada dali e levada para outra aldeia junto com todos os alunos. E que ali já não era mais terra indígena.

Em 2008, Marco Oliveira se muda para o Massiambu e na corrida contra o tempo ele começa a reorganizar a aldeia e novamente a luta para reabrir a escola. Marco, juntamente com advogados e junto ao Ministério Público Federal, conseguem criar a nova escola que já não era mais Ka'akupé, pois passou a ser chamada de Pirá Rupá, por motivo de não conseguir mais construir a nova escola com o mesmo nome de antes, até o nome da aldeia passou a se chamar Pirá Rupá.

A escola passou a funcionar novamente dentro de casas emprestadas pela comunidade, passando por várias dificuldades, sem nenhuma estrutura adequada para o ensino escolar. Em 2009, quando a terra é conquistada na justiça, o cacique Marco volta à Secretaria para pedir a construção de um prédio escolar, a Secretaria nega novamente alegando os mesmos argumentos sobre a terra. O cacique Marco leva o problema para ser resolvido em reunião com todas as lideranças na Comissão Nhemonguetá e diante do acontecido o Ministério Público é acionado e passa a cobrar da Secretaria a construção do prédio escolar. O cacique

reuniu todos os documentos da terra para comprovar que ali é terra indígena reconhecida e oficializada na união.

Em 2010, a Secretaria aprova o pedido de construção da escola no Massiambu, mas passou um ano e nada de começar a construção. O cacique novamente recorre todas as instancias para saber o que estava acontecendo que a escola não saia, e em quase todas as respostas nada ficava claro para a comunidade do que estava acontecendo. Novamente junto com a comissão Nhemongueta, a denuncia é levada ao Ministério Público Federal. Somente em 2014, a escola começa a ser construída na tekoa Pirá Rupá.

Hoje ela está em fase de construção, tem 25 alunos matriculados desde as séries iniciais ao 2º ano do ensino médio e EJA. A escola não possui projeto político pedagógico. Porém a escola trabalha sempre numa metodologia de ensino específico. E às vezes também é feito trabalho com a escola Itaty, o que é um sistema de transição normal nas comunidades indígenas. As turmas são multisseriadas e bilíngues.

Tabela 2 - Horários, turmas e professores da EIEF Pirá Rupá

FUNCIÓNAMENTO DA ESCOLA	PROFESSOR	TURMA	DISCIPLINA
Matutino	Lucas Oliveira	1º a 3º ano da séries iniciais	Interdisciplinar
	Elizandro Karai Antunes	4º e 5º do ensino fundamental regular	Interdisciplinar
	Natanael Antunes	4º e 5º do ensino fundamental regular	Educação física e artes
Vespertino	Elizete Antunes	6º a 9º ano do ensino fundamental	Interdisciplinar
	Natanael Antunes	6º a 9º ano do ensino fundamental regular	Educação física e artes
Noturno	Marco Antônio Oliveira	Eja 2ª fase do fundamental	Linguagem contexto indígena
	Leomar Oliveira	Eja 2ª fase do ensinofundamental	Matemática ciências humanas
	Elizandro karai Antunes	EJA, 2ª fase	Matemática ciências humanas
	Elizete Antunes	EJA, 2ª fase	Linguagem contexto indígena
Orientador pedagógico	Marco Antônio Oliveira		

Fonte: Levantamento de dados para esta pesquisa, 2014.

Conversando com o cacique Marco Antonio Oliveira, ele falou que na sua visão o objetivo da escola é formar pessoas para o trabalho porque hoje as famílias já não estão se interessando mais pelo sistema tradicional. Por isso que deve se ensinar a estudar todas as disciplinas assim como numa escola de fora, porque, assim, quando o aluno chegar à idade de fazer um vestibular para entrar na universidade, ele não vai sofrer quando chegar lá. Na visão do cacique Marco o que deve se manter mesmo é questão da língua.

Já na conversa com a professora Elizete Antunes, no mesmo período de pesquisa, ela pensa que a escola tem que incentivar o fortalecimento da cultura Guarani:

Porque a preocupação maior é que as nossas crianças nem sabem mais o que é rezar de verdade, plantar para comer, os adolescentes já não fazem mais os rituais de passagem de criança para adulto, por outro lado os pais sempre levam as crianças para terem o espírito guarani e dessa forma o medo maior é que temos uma regra a seguir para cuidar do nosso espírito, se não soubermos cuidar poderemos ter consequências mais tarde. Por isso que vejo que a escola neste momento deve sim ensinar o sistema guarani pois temos nosso direito garantido por lei e temos que nos preocupar com a futuro de um povo e não só de uma comunidade.

Nessa pesquisa percebe-se a realidade das escolas nas aldeias, há contrariedade de pensamentos dentro da própria comunidade.

5. Terra Indígena Mbiguaçu

A Tekoa Yynn Morotin Wherá está localizada na BR 101, km 190, no Bairro São Miguel, no município de Biguaçu. O limite da área é de 58 hectares. A terra foi identificada por seu Alcindo Moreira, dona Rosa Mariani Poty Djá e familiares em outubro de 1987, vindos da aldeia do Morro dos Cavalos, por causa da implantação da rodovia BR 101. A terra Indígena Mbiguaçu passou por todos os processos legais e somente depois de 17 anos de luta em 2004, a terra foi homologada e oficializada e ali permanecem as famílias, permanecem até os dias de hoje o casal de anciões de mais de um centenário de idade, continuam fortes e lutando pelo bem viver das famílias. No tempo que fiz o meu trabalho de campo era outubro de 2014.

Hoje a comunidade se constitui de 33 famílias, uma população de aproximadamente 140 pessoas. A terra indígena é liderada pelo cacique Hyral Moreira. Por ser uma terra definida até sua última instâncias, hoje a tekoá é a terra onde acontece frequentemente a força

das praticas das tradições guarani. Lá tem uma grande Casa de Reza no centro da aldeia liderada pelos líderes espirituais senhor Alcindo Moreira Wherá Tupã e dona Rosa Poty Djá e seus filhos, netos, bisnetos e tataranetos. Seu Alcindo é um grande agricultor que, apesar da idade bem avançada, ele é o que conduz todo um ciclo de ritual da vida guarani. As práticas de cura e os nhemongarai são rigorosamente praticados na aldeia e, sendo assim, seu Wherá Tupã, dentro do seu ser mbyá, mantém o nhandereko.

Todas as decisões internas das aldeias são tomadas entre as lideranças espirituais e políticas. Neste contexto estão organizados o cacique e duas lideranças, Santiago e Adelino. Essas duas lideranças além do cacique fazem o papel no atendimento interno da comunidade nos mutirões e resolvem pequenos problemas internos caso aconteça. Adelino fala que não existe um nome especificado para essas duas lideranças. Os professores, agentes de saúde e sanitaristas também fazem parte da organização da comunidade e em momentos de grandes reuniões com a comunidade todas as lideranças participam.

5.1. A escola Wherá Tupã PotyDjá

Segundo uma proposta pedagógica que foi feita na escola, em outubro de 2014, na escola juntamente com os professores e lideranças da aldeia, a escola indígena de Wherá Tupã Poty Djá foi criada em 1997 e inaugurada em 1998. Os primeiros professores foram Milton Moreira e Andréa Wollinger, onde contavam com 11 alunos. A primeira escola foi construída de madeira com algumas doações de materiais e de madeiras pela FUNAI e construída pela própria comunidade. Porque na época a terra ainda não era demarcada, estava em processo de identificação e isso para a Secretaria de Educação era um empecilho para a construção de uma estrutura maior, pois o estado não investe recursos em terras que não são oficializadas. A escola funcionou nessa estrutura de madeira até 2003. Em 2004, foi inaugurado um prédio com estrutura maior de alvenaria, e nesse mesmo ano a escola começou a funcionar com as turmas da 5ª a 8ª série. Em 2005, a escola muda de nome em homenagem aos anciões Alcindo Moreira e Rosa Mariani, Wherá Tupã e Poty Djá, passando a ser chamada por este nome.

Em 2007, quando eu morava e trabalhava na escola Wherá Tupã Poty Dja, aconteceu algo inédito, uma revolução na liderança do cacique Hyral Moreira. Ele entrou em conflito com a Secretaria da Educação porque a Gered não aceitava que fosse contada nas horas letivas a participação dos alunos e professores nas cerimônias e rituais na Casa de Reza. Porque os professores e alunos no dia anterior à atividade cerimonial não trabalhavam na

escola porque tinham que preparar a Casa de Reza, ir para o mato, buscar lenha, limpar ao redor, organizar as ervas e tudo que precisaria para a cerimônia. A noite entrava na Casa de Reza e amanhecia e no outro dia ninguém saía de casa pois estavam todos dormindo para descansar dos rituais.

Não aceitavam que os mutirões para o preparo da terra para o plantio fizessem parte das atividades escolares, porque, quando chegava a época de preparar o solo em agosto, os professores e alunos tinham que ficar o mês todo preparando, plantando, limpando e depois colhendo e preparando o alimento. Não aceitavam que uma professora, aluna ou servente ficasse em casa quando estivesse em seu ciclo de menstruação. Porque as mulheres em seus períodos tinham que ficar trancadas em casa pois é um momento de consagração do corpo e do espírito da mulher e dependia de cada uma, umas ficavam três, outras quatro dias em casa, e quando se tratava da cozinheira ou de uma professora sair para o resguardo os alunos ficavam sem merenda ou sem aula.

Por outro lado, os mais velhos da aldeia diziam totalmente o contrário, que as crianças tinham que aprender a preparar o solo para o plantio porque era ali que cada um recebia seus verdadeiros nomes, tinham que participar das cerimônias porque era aquilo que fortalecia os mais velhos e que as mulheres tinham que se resguardar naquele período como forma de respeito ao feminino e para a saúde de todos.

Hyral chamou os funcionários da Gered convocando uma reunião entre nós os professores e lideranças da aldeia, e naquela discussão uma moça chamada Rosélia explicou que para poder contar como aulas letivas todas essas atividades tinha que estar registrado no PPP da escola e nos planejamentos dos professores, e que a Secretaria nunca tinha recebido estas propostas no papel. Eles sabiam sim que era direitos dos indígenas trabalharem dessa forma, mas que teria que ter um registro no papel para comprovar que a escola trabalhava aquilo. Hyral perguntou para nós professores sobre os registros e nós não tínhamos nada registrado como proposta escolar.

O cacique, revoltado, paralizou então as atividades escolares e fechou a escola dizendo que só abriria depois que nós apresentássemos uma proposta para a Secretaria registrada no papel. Ficamos meio desorientados, sem saber como nem por onde começar. E numa tarde sentados na escola começamos a conversar sobre o assunto entre nós professores até que surgiu a ideia de começarmos pelo conflito e assim colocamos no quadro os temas e as atividades a serem trabalhadas com os temas em sala de aula. Um exemplo foi o tema Cerimônia:

CERIMÔNIA

TIPOS DE CERIMONIAS = Cerimônias da cura, cerimônias do petyngua, cerimônias de batizados, cerimônias da consagração das ervas medicinais...

E assim em 15 dias conseguimos montar uma proposta bem diferenciada na parte pedagógica do ensino da escola Wherá Tupã Poty Djá, que naquele tempo ficou com um tema de eixo principal que se chamou de *Tataendy Rekowe* (que quer dizer fogo sagrado) porque naquele mesmo período o fogo sagrado desceu do céu até a Casa de Reza por causa da força dos rituais que acontecia muito na Opy. O tema gerador *Tataendy Rekowe* se desdobrava nos subtemas opy, cerimônia, agricultura, kunhanguereko (vida da mulher), avakuereko (vida do homem). Depois de tudo pronto apresentamos para o cacique a proposta onde ele também fez suas colocações e em seguida foi levada e entregue para a Secretaria de Educação e considerada a primeira proposta diferenciada das escola indígenas no estado de Santa Catarina.

Seguindo meu trabalho na pesquisa para o TCC, no dia 1º de outubro de 2014 visitei a escola Wherá Tupã Poty Dja, em Biguaçu. Já havia antecipado minha agenda semanas antes, com Celita Antunes, esposa do cacique Hyral, que ocupava o cargo como cacique enquanto Hyral era candidato a deputado estadual, nas eleições.

Cheguei na aldeia de manhã e fui para a escola. Encontrei amigos parentes e outras pessoas conhecidas que moram na aldeia. Conheci o professor de matemática, de nome Wendefly, onde conversamos bastante e tivemos muitas trocas de experiências. Nesse dia que cheguei de manhã não estava tendo aula na escola. Mais tarde Celita chegou à escola acompanhada de sua neta, onde tivemos uma longa conversa sobre a questão de educação escolar indígena até o meio dia, logo também chegou o diretor da escola Richard Thibes Sarmiento. Expliquei para ambos os objetivos de minha pesquisa e perguntei a Celita se poderia fazer uma entrevista com ela e com os demais professores da escola. Celita disse que podia sim e que isso iria contribuir para que eles pudessem novamente refletir sobre o assunto. Foi muito bom o dialogo que tivemos, pois ao longo da conversa percebia como se fosse um mapa de informações para onde minha pesquisa ia se direcionando.

Antes de Celita ir para sua casa, chegou Hyral na escola também e ali concluimos nossos dialogo, mostrei para eles um relatório de estagio que fiz no ano de 2005, pelo protocolo Guarani *kaa mbo´e= conhecer e ensinar*. Celita pediu uma cópia do trabalho, falou sobre o currículo diferenciado, lembramos de várias atividades que aconteceram na escola e

que foi dali que fortaleceu bastante a questão do tradicionalismo guarani. Foi naquela época que aconteceu uma revolução por causa do ensino tradicional na escola e que a Secretaria não aceitava.

Celita decidiu reunir todos os professores à tarde para falar sobre o assunto, pediu uma cópia do meu relatório e para que nessa reunião eu conversasse com os professores sobre a importância de um PPP próprio da escola. Pedi para o diretor da escola uma cópia do Projeto Político Pedagógico deles, ele imediatamente disponibilizou uma cópia. Continuamos ainda a conversa com Celita, onde ela apontou os pontos positivos e negativos da escola na aldeia, contou que quando Geraldo Moreira trabalhava na escola a maioria das aulas dele eram práticas culturais, mas que hoje a maioria dos professores são jovens e têm bastantes dificuldades em fazerem seus planejamentos conciliando o ensino escolar com as atividades tradicionais e diferenciadas. Reclamamos também da falta de materiais específicos para a motivação dos alunos em participarem e criarem suas artes. Ressaltou também a falta de material de pesquisa na biblioteca da escola e a dificuldade de publicação dos materiais que os alunos produzem:

“Já fizemos bastantes materiais que dava para criar uma biblioteca indígena com fotos, filmagens, artesanatos, livros que foram feitos já, não temos um espaço adequado, aqui quando chove molha tudo dentro da escola e perdemos muitas coisas boas aqui, aí dá um desânimo porque não conseguimos organizar uma escola do nosso jeito.”

À tarde continuamos nosso diálogo com quase todos os professores e me chamou a atenção a fala do professor de matemática Wanderfly, não indígena que trabalha com alunos do ensino fundamental final e médio, numa pergunta que elaborei para entrevista. Fiz em forma de conversa, e as perguntas foram: Qual é o papel da escola dentro da comunidade? A escola tem PPP próprio? Quais os pontos positivos e negativos que a escola traz para a comunidade? Do que os professores acham mais falta na escola para poder chegar aos seus objetivos? O professor Wanderfly disse:

Eu vejo que a escola é um dos pontos principais da aldeia depois da Casa de Reza, vejo que na parte das refeições são importantes também, porque é um ponto de sustento de algumas famílias, além de trazer o tempo todo os conhecimentos que são repassados para os alunos na parte tradicional e na parte científica. A escola tem um projeto político pedagógico próprio, tem um eixo norteador que precisa ser melhorado. A escola é multisseriada e diferenciada e transmite os seus próprios conhecimentos aqui dentro. Os pontos negativos são os trabalhos em conjunto com a Gered, Secretaria, pais e avós, vejo também que algumas tecnologias desmotivam os alunos em algumas áreas afastando os alunos da escola, deixando de acontecer a união e a liberdade dos adolescentes que ficam isolados uns dos outros sem ter um diálogo entre eles mesmos e principalmente dos mais velhos.

O prof. Wanderfly acha que seria positivo uma maior articulação entre GERED, Secretaria de Educação, pais e avos, pois essa articulação não existe ainda e ajudaria muito no funcionamento da escola. Já a professora Adriana Moreira fala:

Tá faltando um bom planejamento com uma entrega total para mudar a realidade. A escola hoje não tem suporte de ter materiais didáticos específicos, desde lápis de cor que é o básico de uma escola não tem, quanto menos os nossos matérias específicos, a Gered sempre envia material, mas sempre fora de época tipo, no final do ano. Eu começaria mudando por mim mesma, trabalharia tudo na prática porque a escrita não é nunca foi nossa nem a função de professor. A educação deve ensinar a criança se conhecer como Guarani e ser reconhecido, eu penso mais na parte feminina se eu pudesse mudar trabalharia só com as mulheres num ambiente próprio. Vejo uma grande perca hoje de não ter os mais velhos ensinando e não serem reconhecidos pela Gered como grandes mestres, vejo que as nossas crianças estão indo³... Para o diferenciado acontecer de fato nas aldeias tem que ter um currículo próprio reconhecido pela Secretaria de Educação, um currículo de educação indígena específico no estado, sem ele a gente sempre vai ser barrado para ter nossa autonomia.

Hoje a escola tem seu projeto político pedagógico próprio específico e diferenciado, o ponto forte da tekoa Yynn Morotin Whera é a parte espiritual onde todo o tempo são feitos os rituais na Casa de Reza e a maioria dos alunos participam. A escola tem como objetivo fortalecer a educação indígena que contempla os anseios da comunidade escolar no sentido de apropriação da cosmovisão e assim poder inserir o mundo guarani no mundo escolar criando assim um mundo científico de conhecimentos da sabedoria guarani.

A escola hoje funciona da seguinte maneira: as aulas acontecem de segunda a sexta, no período matutino, vespertino e noturno. O quadro de professores são 08 professores indígenas e 04 não indígenas.

Tabela 3 - Horários, turmas e professores da EIEF Yynn Morotin Wherá

FUNCIONAMENTO DA ESCOLA	TURMA
Matutino	4º e 5º do ensino fundamental series iniciais
	3º do ensino médio profissionalizante
Vespertino	1º 2º 3º ano do ensino fundamental de series iniciais
	6º 7º 8º 9º ano do ensino fundamental series finais
	1º e 2º do ensino médio profissionalizante

³Termo usado para dizer que estão cada vez mais se distanciando da cultura tradicional.

Noturno	EJA
Adailton Karai Moreira – professor Língua Materna Guarani; Adriana Moreira – professora séries iniciais 1º, 2º e 3º ano séries iniciais; Celita Antunes – Coordenadora Pedagógica; Daniel Timóteo Martins – professor de Língua Materna Guarani; Fabiana Moreira – professora 4º e 5º ano séries iniciais; Ismael de Souza – professor Educação Física; Laura de Andrade Martins – professora de Biologia; Rafaela de Oliveira Saldanha – professor de Geografia; Richard Thibes Sarmiento – Diretor; Santiago Oliveira – professor EJA noturno; Wanderley Cardoso Moreira – professor Artes; Wendefly de Freitas e Silva – professor de Matemática;	

Fonte: Levantamento de dados para esta pesquisa, 2014.

6. Considerações finais

O que vemos hoje é um estado dizendo que os indígenas têm direito a uma organização própria, mas que ao mesmo tempo não apoia, não aceita e não se movimenta para financiar as oficinas que uma escola diferenciada necessita. Numa entrevista realizada no dia 1º de outubro em Biguaçu com Celita Antunes, ela falou da falta de materiais para o desenvolvimento no ensino das escolas indígenas e quando os alunos são retirados das salas de aula para fazerem suas atividades conforme o sistema Guarani as cobranças caem em cima dos professores causando estresse nas lideranças que têm que correr atrás de seus direitos perante o Ministério Público. Nenhum modelo de um projeto político pedagógico foi levado às escolas indígenas para criação de propostas curriculares nas aldeias. O que sempre temos são seminários onde professores indígenas e secretarias discutem sobre as dificuldades das escolas indígenas. Até os dias de hoje ninguém politicamente ligado à educação veio a uma escola indígena dizer às lideranças, comunidade e professores o que de fato é um Sistema de Educação. No entanto quando apresentamos uma proposta diferente, sempre é negado apontando o Sistema Nacional de Educação como um paredão sem portas de entrada e sem saída.

É necessário pararmos para um momento de *duvidAção* sobre o conceito escola. Primeiramente entender por que foi criada a escola e para que e ainda questionar por que é conhecida como um espaço educacional? Depois se questionar qual é a importância da escola para os Guarani. Nessa *duvidAção*, cabe pensar no exemplo da escola dos jesuítas, pois foram os jesuítas os primeiros professores a ensinar na época da colonização e o sistema era da

igreja católica, a evangelização era a base de tudo. Por causa da evangelização e da *educação* eles conseguiram um contato mais próximo com os indígenas. Um contato mais próximo do que bandeirantes ou agentes do governo, que só exterminavam. Mas mesmo assim, a ação dos Jesuítas também levou ao extermínio. Será então que o objetivo dessa escola era só a evangelização? Ou tinha outros objetivos? Essa escola serviu de base à escola que temos hoje, e os seus objetivos também.

Em novembro, numa longa conversa em minha casa com a professora vinda do Mato Grosso do Sul para dar as aulas da disciplina *Organização de Trabalho Escolar*, Veronice Rossato, tive um maior esclarecimento do contexto escolar. Na época dos jesuítas, o ensino era um processo sistematizado de transmissão de conhecimentos. No período da exploração inicial, os esforços educacionais foram dirigidos aos indígenas, submetidos à chamada *catequese* promovida pelos missionários jesuítas que vinham ao novo país difundir a crença cristã entre os nativos. O maior objetivo da escola intencionalmente foi o de criar comércio e consumismo. A transformação de jovens e crianças em máquinas de trabalho fez com que a elite dominante fechasse a criança numa sala e aplicasse uma miopia cultural, ou seja, todos na escola têm que pensar igual, ver igual, fazer igual e mais ter igual. Nas escolas não existe o preto, o branco o indígena, existe o aluno. E todos são preparados para a área do mercado, (trabalho, profissão). Objetivo: ter um salário para consumir com aquilo que ele próprio produz.

Hoje nos deparamos com vários obstáculos e interferências do estado, no não cumprimento dos direitos assegurados nas leis, pois a convenção 169/OIT, no art. 27, fala sobre a opção política dos povos; nos art. 13, 14, 15, destaca o direito da criança no seu espaço e ambiente de acordo com o seu hábito de vida. A Constituição Federal assegura às comunidades indígenas a utilização da língua materna no processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim é assegurado aos indígenas no artigo 215: “o estado garantirá a todos em pleno exercício dos direitos culturais e difusão das manifestações culturais”. No artigo. 231 da mesma constituição, encontramos a frase “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários às terras que tradicionalmente ocupam, competindo à união demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

O que devemos é mostrar que isso é que está no sistema. Tudo isso é considerado no meu ponto de vista brechas nesse sistema para o início de um sistema de educação indígena nas escolas guarani. Para fazer acontecer é necessário desenvolver propostas de currículos

específicos, calendários que estejam de acordo com o respeito no tempo das atividades tradicionais guarani, que tenham metodologia e materiais diferenciados e que tenha publicações de materiais didáticos em língua indígena. Tudo isso é considerado no meu ponto de vista brechas no sistema para dar início a um sistema de educação escolar indígena.

A educação escolar específica e diferenciada vem sendo discutida pelos povos indígenas brasileiros nas últimas décadas, ainda assim, algumas demandas como a elaboração de um projeto político pedagógico que seja condizente com um modelo de educação diferenciada ainda não é realidade em muitas escolas indígenas de Santa Catarina. Mostrar os benefícios e as dificuldades que o currículo traz para a comunidade Guarani é muito importante.

Nessa minha trajetória de pesquisa compreendi que o Sistema Nacional de educação não é um sistema fechado que não deixa nada acontecer, pois dentro deste sistema estão as leis que garantem nossos direitos, as nacionais e as estaduais.

Diante do quadro que as escolas indígenas guarani vêm passando no Brasil e na região da Grande Florianópolis, observa-se circunstâncias relevantes nos dois parâmetros entre gerencia de educação e comunidade. No estado de Santa Catarina, o sistema também não é fechado para receber as propostas curriculares específicas dos povos indígenas. Nas gerencias de educação a realidade é que os funcionários públicos não estão preparados para representar uma escola inovadora, mas que ainda continuam inteiramente com a cabeça fechada no imperialismo e na colonização.

Na comunidade hoje, existem professores indígenas capacitados e interlocutores do bilinguismo para levantar e construir um currículo próprio de aprendizagem nas escolas. A maior prova que temos disso são os regulamentos das leis no estado como exemplo o Parecer 282/05 e a Resolução 05/2012. Esses são regulamentos criados pelos próprios professores indígenas do estado de Santa Catarina, Guarani, Kaingang e Xokleing. Estão aprovados e garantidos em nível estadual para as três etnias.

Destaca-se também, além das leis que garantem estes direitos, uma montanha de materiais de informações prontos para levantar os alicerces de uma mudança na educação escolar indígena. Começarei citando os mais velhos das aldeias, que têm falado a todo tempo para os jovens como querem a educação escolar nas tekoás. As lideranças são os que estão confrontando diretamente com as políticas contrárias para exigir que esses direitos sejam cumpridos. Contamos também com os livros escritos pelos grandes pesquisadores indígenas

sobre a educação e com os professores capacitados em cursos de ensinamentos específicos de educação indígena, intercultural, bilíngue, diferenciado, específico e outros.

O Projeto Político Pedagógico é muitas vezes alvo de negligência pelos órgãos estatais, ao mesmo tempo em que serve como chave de transformação quando apropriado pelos grupos indígenas, sendo a base para a mudança do sistema educacional. Nesse sentido, a partir da experiência nas escolas indígenas Itaty, Pirá Rupá e Wherá Tupã Poty Djá, este trabalho buscou refletir a respeito dos desafios para construção, elaboração e reconhecimento do Projeto Político Pedagógico nas escolas indígenas do estado, assim como das possibilidades e expectativas de um currículo indígena e específico.

São poucas as escolas Guarani que tem seu currículo próprio de aprendizagem no estado de Santa Catarina e na Grande Florianópolis, embora a maioria delas pratiquem o ensino diferenciado numa forma de irregularidade perante o currículo de ensino regular. Outras escolas ainda estão no ensino do SPI, vai da ideia de integração do indígena na sociedade até o absurdo de contratação de professores intérprete da própria língua guarani em pleno século XXI. A maior falta de cumprimento da lei e dos direitos dos povos indígenas está na falta de capacitação e preparação dos próprios responsáveis pela educação indígena no estado, mas também pelo comodismo dos próprios indígenas.

É necessário entender a repercussão de tais questões culturais no espaço escolar. Existe claramente uma visão de resistência a determinado tipo de modelo escolar, pois se entende, na visão das comunidades, como algo que descaracterizaria elementos importantes da cultura. Essa descaracterização se daria não somente por determinados tipos de conteúdos, mas pela forma de transmissão do conhecimento, também pelas relações na forma que podem ser praticadas dentro de uma escola e no contexto tradicional. Nota-se então, não apenas dificuldade dos professores na elaboração de um Projeto Político Pedagógico, mas a falta de vontade política e até mesmo uma omissão da Secretaria Estadual de Educação e de responsáveis envolvidos para a incorporação e o reconhecimento das demandas escolares indígenas. Do mesmo modo, é demanda indígena o auxílio para a construção de um projeto político pedagógico que seja uma temática abordada com profundidade na Licenciatura Indígena e no Magistério Indígena. Por mais que essas instituições contribuam com o debate para a educação diferenciada, é necessária ainda uma atuação efetiva na consolidação do Projeto Político Pedagógico.

Recentemente, as mobilizações indígenas vêm contribuindo para pressionar o Estado para a garantia dos direitos indígenas. Por mais que alguns avanços sejam inquestionáveis, é

importante entender a importância do Projeto Político Pedagógico como forma de diálogo com a Secretaria de Educação e como instrumento de garantia das demandas indígenas. Para além das falhas e omissões do Ministério da Educação, Secretaria de Educação, Magistério e Licenciatura Indígena, cabe ainda incentivar um posicionamento mais enfático das lideranças e professores indígenas, exigindo uma educação diferenciada que realmente seja aplicada na prática escolar. Estas são as palavras do prof. Gersen Baniwa, ouvidas no II Encontro de Educadores indígenas em 2014 em Brasília:

No caso indígena, só vejo uma saída: construir um sistema (ou subsistema) de educação escolar indígena que dê conta... das realidades e dos projetos de vida dos povos indígenas... não podemos elaborar nossos projetos políticos pedagógicos se subindo às regras e padrões básicos da escola não indígena. Precisamos de um sistema próprio que inclua todos os sistemas dos indígenas, com recursos garantidos e autonomia escolar suficiente para dar rumo e vida aos nossos projetos... de vida.

O sistema aberto não está pronto. É preciso inventá-lo criando novos conceitos e experimentando, a partir das necessidades e das circunstâncias reais de cada comunidade envolvida. É cheio de força, críticas, políticas e de liberdade.

Não há nada pronto para ser copiado num sistema aberto, é preciso criar conceitos e não determinar a essência de uma coisa. É entender numa aldeia indígena que todo o esforço de entendimento está fundado em questões reais, em acontecimentos e problemas a serem interpretados e resolvidos. O sistema aberto possui múltiplas entradas para o conhecimento. Entra-se por onde quiser dependendo de sua pergunta, do seu interesse ou do seu problema.

7. Bibliografia

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 04 fev. 2015.

Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais em países independentes e Resolução referente à ação da OIT sobre povos indígenas e tribais. 2ª ed. Brasília: OIT, 2005.

Escola Indígena de Ensino Fundamental Itaty. Projeto Político Pedagógico. 2012.

GOMES, Kennedy Ferreira. Arte Guarani e seus valores. Pesquisa escolar. Escola Indígena de Ensino Fundamental Itaty.

LITAIFF, Aldo; DARELLA, Maria Dorothea Post. Os Índios Guarani Mbya e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. In: XXII Reunião Brasileira de Antropologia, Brasília. 2000. s/p.

SANTA CATARINA. Secretaria Estadual de Educação. Parecer 282/05.

SANTA CATARINA. Secretaria Estadual de Educação. Resolução 05/2012.